



NOTAS INTRODUTÓRIAS

1. Os textos inseridos na primeira parte do CD-ROM, *A Região Norte de Portugal: mudanças e continuidades na contemporaneidade*, apresentam os resultados do projecto de investigação¹ realizado por uma equipa do Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto². Como o título deixa facilmente entender, o estudo teve como eixo central a análise sociológica dos plurais processos de mudança social ocorridos na Região Norte de Portugal, nos últimos vinte e cinco anos, no quadro mais amplo das transformações do espaço nacional. Região Norte que abrange um território limitado a norte e a este pela Espanha, ao oeste pelo Oceano Atlântico e a sul por alguns concelhos da margem esquerda do rio Douro e que corresponde, em termos da categorização expressa na Nomenclatura de Unidades Territoriais para fins Estatísticos, ao nível II (NUTS II)³.

O estudo realizado enquadra-se na temática sociológica da mudança social. É uma das temáticas principais no desenvolvimento da sociologia como disciplina científica, desde a sua emergência histórica até à contemporaneidade. Ao longo dos anos sucederam-se os debates, as controvérsias e a formulação de perspectivas sobre a mudança, sustentados no materialismo histórico, na teoria da diferenciação social iniciada por Durkheim e na teoria da racionalização de Weber, não esquecendo as concepções de Comte e Spencer, que igualmente marcaram o pensamento sociológico sobre a modernidade. A riqueza teórica destas grandes perspectivas não se confina unicamente às propostas analíticas surgidas no interior de cada uma delas, mas

¹ Projecto intitulado, “A Região Norte de Portugal: dinâmicas de mudança social e recentes processos de desenvolvimento” (POCI/SOC/57600/2004), e aprovado para financiamento, em concurso público, pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (POCI).

² Equipa de investigação constituída por Carlos Manuel Gonçalves, na qualidade de investigador responsável, Carla Melo, Cristina Parente, Dulce Magalhães, Hernâni Neto, João Teixeira Lopes, Luísa Pinheiro, Luísa Veloso, Sérgio Bacelar e Susana Silva.

³ A Região Norte agrega um conjunto de unidades territoriais, no quadro da Nomenclatura de Unidades Territoriais para fins Estatísticos, de Nível III (NUTS III) integradas por concelhos, a saber: Minho-Lima - Caminha, Melgaço, Monção, Paredes de Coura, Valença, Vila Nova de Cerveira, Arcos de Valdevez, Ponte da Barca, Ponte de Lima e Viana do Castelo; Cávado - Barcelos, Esposende, Amares, Braga, Terras do Bouro e Vila Verde; Ave - Guimarães, Santo Tirso, Vila Nova de Famalicão, Fafe, Póvoa de Lanhoso e Vieira de Minho; Grande Porto - Espinho, Gondomar, Maia, Matosinhos, Porto, Póvoa de Varzim, Valongo, Vila do Conde e Vila Nova de Gaia; Tâmega - Amarante, Baião, Cabeceiras de Basto, Celorico de Basto, Marco de Canaveses, Mondim de Basto, Castelo de Paiva, Felgueiras, Lousada, Paços de Ferreira, Paredes e Penafiel; Entre Douro e Vouga - Arouca, Feira, Oliveira de Azeméis, São João da Madeira e Vale de Cambra; Douro - Alijó, Mesão Frio, Peso da Régua, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, Vila Real, Armamar, Lamego, Moimenta da Beira, Penedono, São João da Pesqueira, Sernancelhe, Tabuaço, Tarouca, Freixo de Espada à Cinta, Torre de Moncorvo, Vila Nova de Foz Côa, Mogadouro, Murça, Cinfães e Resende; Alto Trás-os-Montes - Boticas, Chaves, Montalegre, Ribeira de Pena, Valpaços, Vila Pouca de Aguiar, Bragança, Miranda do Douro, Vimioso, Vinhais, Alfândega da Fé, Macedo de Cavaleiros, Mirandela, Carrazeda de Ansiães e Vila Flor. Em alguns dos capítulos do presente estudo outras unidades territoriais são usadas, o que decorre exclusivamente do facto dos dados publicados estarem categorizados em função dessas unidades.



também aos produtos teóricos resultantes do seu entrecruzamento, recorrentemente produzidas com o desiderato de esbater dicotomias que pecam pela sua debilidade heurística na compreensão sociológica da mudança. Encontramos, neste caso, dicotomias como estrutura/acção, conflito/consenso, mudança/permanência, macrosociologia/microsociologia, diacronia/sincronia, entre outras.

Não iremos revisitar as propostas teóricas e metodológicas que enformaram, no passado e no presente, os questionamentos sociológicos sobre a mudança social. Existe um amplo manancial de obras, algumas delas direccionadas para os neófitos sobre o pensamento sociológico, que apresentam estruturadamente, uma abordagem, mais ou menos extensiva e intensiva, daqueles questionamentos⁴. Optamos pela elaboração de um exercício, necessariamente esquemático, de sinalização dos elementos principais de natureza teórico-metodológica sobre a mudança social, que enformaram o desenvolvimento do nosso projecto. Elementos tributários das propostas de Francisco (1997), de Nisbet (1979), de Sztompka (2002), de Tilly (1991), de Forsé (2000) e de Inglehart (1991).

Perspectivamos a mudança social como um conjunto plural e complexo de processos de transformação verificáveis ao longo do tempo dos elementos estruturais das sociedades. Entendem-se por elementos estruturais as instituições sociais, as formas de desigualdade e de poder social, bem como os modos de interacção social. A mudança materializa-se por intermédio de processos de natureza tendencial, relacionados entre si, e que se inscrevem, por sua vez, em factores sociais amplos.

Se a mudança se caracteriza por ser verificável entre dois momentos históricos, pela sua durabilidade e estabilidade, pela alteração forte dos elementos sociais, por ser um fenómeno produzido no quadro das relações entre estrutura e acção, é fundamental referenciá-la a coordenadas espaciais específicas. Deste modo, não se aceita nem uma visão absoluta, linear, direccional, etapista e unidimensional, tão peculiar do evolucionismo e do historicismo, nem o princípio da monocausalidade. Uma pluralidade de causas interdependentes, de âmbito e natureza diferenciados, emerge como um parâmetro analítico relevante. A mudança é permeada por contradições, por tensões e pela justaposição entre processos, não sendo analiticamente admissível uma disjunção dessa mesma mudança da estabilidade e permanência social, na medida em que mutuamente se implicam. Se retivermos o capital relacional inerente à mobilização de uma pluralidade de sujeitos sociais em rede, capazes de se apropriarem dos múltiplos produtos do desenvolvimento e de intervirem na sua utilização, as transformações

⁴ Entre outras obras consulte-se as seguintes: Bajoit (2003); Boundon (1984); Durán (2001); Ferreira *et al* (1995); Francisco (1997); Mendras e Forsé (1983); Nisbet (1979); Sztompka (1991 e 2002); Tilly (1991); Bonny (2004); Trémoulinas (2006). Igualmente tenha-se em consideração os trabalhos, de natureza mais empírica sobre as transformações sociais, desenvolvidos por Grisworld (2003), Inglehart (1991), Inglehart e Welzel (2006), Bell (1973), Crouch (1999), Mendras (1999), Esping-Anderson (2000), Forsé e Langlois (1995).



sociais terão de ser sempre lidas em termos de conflitualidade e de cooperação social. A par disto, a diversidade, a complexidade e a multidimensionalidade que enformam as transformações sociais conduzem, na nossa perspectiva, a rebater a ideia da construção de uma teoria geral da mudança social. O que ocorre são mudanças marcadas pela diversidade, não passíveis de serem absolutizadas nem de assumirem um estatuto a-histórico.

Pensar a mudança social é pensar a complexidade. Assim, o posicionamento teórico tem conduzido à construção de modelos não essencialistas que permitam destacar a natureza dinâmica das transformações, em particular das formas, intensidades, ritmos e tempos sociais. Acolhendo os contributos de Bretones (2001), de Durán (2001), de Forsé (1989 e 2000) e de Villalva (2004), elaborámos um modelo analítico global estruturado em vários eixos, que apresentamos, de imediato, nos seus aspectos fundamentais. Um primeiro em que se integram a ocupação humana e os usos do território, bem como as relações entre as dinâmicas sociais e a natureza. Um segundo que recobre um conjunto vasto de elementos socio-económicos desde a demografia, as estruturas familiares, a divisão social do trabalho, a estrutura de classes sociais e os processos de mobilidade social, a economia e a inovação, o emprego e desemprego, as desigualdades na repartição de rendimentos, de poderes e de privilégios, os sistemas de saúde e de educação, as condições e a qualidade de vida. Um terceiro, de natureza político-institucional, que recobre fundamentalmente o sistema político e o Estado, os grupos de interesses e os movimentos sociais. Finalmente, um eixo simbólico-cultural em que sobressaem os valores e os símbolos culturais insertos na configuração social vigente.

O modelo apresentado tem subjacente uma concepção não redutora e não simplificadora da mudança social. Atributo importante para o ter como instrumento de leitura sociológica da complexidade que permeia as importantes e substantivas transformações ocorridas na sociedade portuguesa, nas últimas décadas, as quais configuram uma notória mudança estrutural no sentido da sua modernização. As especificidades desse processo resultam do facto de no país se entrecruzarem, de modo complexo e contraditório, elementos sociais que nos afastam dos países da modernidade avançada, ocorrendo o oposto com outros. Com efeito, a formação social complexa pela sua singularidade, ocupa, no sistema mundo, uma posição de desenvolvimento intermédio e subalterno (Wallerstein, 1984 e 2006) identificada por um conjunto de aspectos dos quais sobressaem: o papel de mediação entre países centrais e periféricos; a “descoincidência articulada entre as relações de produção capitalista e as relações de reprodução social” (Santos, 1985), com efeitos múltiplos de acentuação da economia informal, de atomização do operariado, patente no peso relativo dos rendimentos complementares e/ou substitutivos da relação salarial e, ainda, de desarticulação entre a super-estrutura jurídica (mais avançada) e as práticas sociais; a aceleração, sem precedentes, desde a década de sessenta do século XX, das recomposições espaciais, demográficas, económicas, sociais e simbólicas (Barreto, 1996; Almeida, 1996; Ferrão, 1989 e 1992; Machado e Costa, 1998; Santos, 1993; Cardoso e Costa,



2004; Pinto e Borges, 2006). Este último aspecto não impede que o processo de modernização do país se baseie, amiúde, num “excesso de tradicionalidade” (Medeiros, 1992) e na activa coexistência de desequilíbrios sociais que desafiam as visões simplistas e reducionistas do desenvolvimento sócio-económico, particularmente se atendermos à inserção internacional que o país vive desde 1986 com a adesão à então Comunidade Europeia, realizada num contexto de forte intensificação da actual fase da globalização (Held, 1999). Deste modo, é também pertinente para outros autores falar-se em “processos de modernidade inacabada” (Machado e Costa, 1998), quando se toma em análise o processo global de mudança estrutural da sociedade portuguesa. Acrescente-se, ainda, que os recursos estão distribuídos de forma assimétrica no país e o Estado-providência surgiu de forma tardia e incipiente e com especificidades próprias que se aproximam do modelo dos outros países da Europa do Sul (Mozicafredo, 1998; Ferrera *et al*, 2000; Esping-Anderson, 1990 e 2000).

A tradução territorial dos aspectos apontados tem induzido a uma superação da velha dicotomia entre o rural e o urbano e à emergência de um modelo territorial diferenciado (Ferrão, 1997 e 2003) que se afirma num país pós-colonial, de regresso à sua territorialidade continental e europeia e em renegociação do seu papel e lugar no contexto da globalização, onde se acentua o peso do capitalismo imaterial e informacional (Castells, 2001; Beck, 2000), a par da afirmação das regiões e dos sistemas urbanos.

A Região Norte do país apresenta-se especificamente como um mosaico complexo e descontínuo de quadros territoriais (da área metropolitana, tendencialmente, desindustrializada e terciarizada ao «rural profundo», envelhecido e despovoado, passando pelo suburbano mais ou menos qualificado, pelo urbano difuso, em íntima associação com a industrialização rural difusa, pela conurbação, pelo urbano e a crescente expansão do efeito urbano nos campos, onde a agricultura deixa de ser a principal actividade económica, pelas redes de cidades de média dimensão, frequentemente sedes de concelho fortemente dependentes das actividades dos serviços públicos nelas instaladas) (Santos e Bessa, 1999; Ferrão, 2003; Marques, 2004; Mateus, 2005). Num contexto de permanente intermediação entre o local, o nacional e o global, os quadros territoriais da Região têm estado sujeitos a ritmos diferenciados de mudanças e a significativos processos de recomposição social, bem como à acção de factores estruturantes, alguns dos quais funcionam como obstáculos a um incremento do desenvolvimento sócio-económico. Tal constatação, induzida igualmente por trabalhos anteriores elaborados pelos membros da equipa de investigação sobre objectos empíricos, directa ou indirectamente inscritos nas dinâmicas sociais da Região Norte⁵, constituiu um importante impulso para a realização do presente projecto, de natureza mais abrangente, sobre este espaço geográfico.

⁵ Referimo-nos, em particular, aos seguintes trabalhos: Almeida (2004); Bacelar (1993 e 1994); Gonçalves (2002); Gonçalves, Parente e Veloso (2001 e 2004); Lopes (2000); Parente (2003); Silva (2007); Veloso (2004); Melo (1993 e 1994); Magalhães (2005).



Para a concretização do estudo das transformações sociais nos últimos vinte e cinco anos na Região Norte, reflectindo as opções teórico-metodológicas fixadas pela equipa, foi elaborada uma matriz integrada por grandes dimensões analíticas: território e desenvolvimento; demografia e famílias; economia e empresas; mercado de trabalho; condições de vida; saúde; escolaridade e educação; cultura e práticas culturais; inserção da Região no espaço da União Europeia. Dimensões que se desdobram, por sua vez, em dados e indicadores sobre o Norte e o país, a partir das quais se realizou uma análise comparativa entre estes dois espaços referenciais e ainda entre o primeiro e outras regiões europeias. Opção analítica frutífera, porquanto possibilitou quer a elaboração de uma exploração sociográfica (num primeiro momento do processo de investigação), como condição importante para, em momento subsequente, se avançar para uma análise retrospectiva mais globalizante, quer a descoberta de singularidades e de regularidades, quer ainda uma leitura não essencialista e não absolutizante (que isolaria artificialmente a Região do contexto nacional e internacional em que se insere, inviabilizando a mobilização de vectores explicativos fundamentais)⁶, apesar de algumas limitações teórico-metodológicas presentes nos exercícios comparativos no domínio das ciências sociais (Vigour, 2005). A matriz abrange um conjunto limitado de processos de transformação social ao nível da Região e do país para o passado recente, mas nem por isso menos significativo sociologicamente, comparativamente ao modelo analítico acima apontado. Assim, os resultados obtidos traduzem uma das leituras possíveis sobre a mudança social. Constituem pontos de partida para outros estudos, de natureza intensiva, mais específicos em termos de problemas científicos e de coordenadas espaço-temporais.

De acordo com a estratégia metodológica desenhada, o estudo envolveu, numa primeira fase, uma recolha extensiva de dados quantitativos em diferentes fontes estatísticas e bases de dados, nacionais e estrangeiras, genericamente para o arco temporal entre 1980 e 2005⁷, disponibilizadas pelos seguintes organismos:

- Instituto Nacional de Estatística (Recenseamentos Gerais da População e da Habitação, Anuários Estatísticos de Portugal e da Região Norte, Recenseamento Geral da Agricultura, Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas, Estatísticas da Construção e da Habitação, Estatísticas da Construção de Edifícios, Estatísticas dos Transportes e Comunicações, Estatísticas do Ambiente, Contas Regionais, Estatísticas do Comércio Externo, Inquérito ao Emprego, Poder de Compra, Estatísticas da Saúde, Estatísticas Demográficas, Estatísticas da Educação, Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio, Estatísticas do Turismo, Indicadores Urbanos do Continente, Inventário

⁶ A par de alguns traços de especificidade que a Região Norte apresenta, ressalta o seu enfileiramento nas grandes tendências de transformação social, ocorridas no país nas últimas décadas.

⁷ Pela inexistência de dados, não foi possível respeitar o arco temporal definido em todas as dimensões, quedando-nos por períodos mais curtos.



Municipal, Carta de Equipamentos e Serviços de Apoio, Estatísticas da Segurança Social, Indicadores de Conforto das Famílias, Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio, Estatísticas do Turismo);

- Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social/Gabinete de Estratégia e Planeamento (Quadros de Pessoal);
- Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social/Instituto de Informática e Estatística da Segurança Social (Estatísticas da Protecção Social);
- Ministério da Ciência, da Tecnologia e do Ensino Superior/Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais (dados sobre o ensino superior e Inquéritos Comunitários à Inovação);
- Ministério da Educação (Recenseamento Escolar);
- Instituto de Emprego e Formação Profissional (dados sobre o desemprego registado);
- Base Régio da União Europeia (Eurostat).

A informação estatística recolhida, para além de constituir o material base para a caracterização sociográfica exaustiva da Região Norte e do país face às dimensões analíticas eleitas, possibilitou a construção de uma base de dados que integra a II Parte do presente CD-ROM⁸. Por outro lado, realizaram-se entrevistas a informantes privilegiados fortemente conhecedores da Região em termos das suas dinâmicas territoriais, sociais e económicas, da organização e acção da administração pública, da saúde, da protecção social e condições de vida, do tecido empresarial e da inovação. Acresceu ainda a recolha e análise de estudos, de natureza e temática diversas, sobre a realidade da Região Norte, os quais se encontram expressos nos textos dos vários capítulos.

2. Assistiu-se na Região Norte, ao longo dos últimos vinte e cinco anos, à ocorrência de importantes transformações sociais no contexto mais global das mutações da sociedade portuguesa. Algumas delas apresentam uma continuidade temporal face aos anos sessenta e setenta do século XX, consubstanciada na sua espessura histórica, outras emergem e ganham expressão, enquanto se verifica a permanência e constância ao longo do tempo de outros factores sociais. São transformações permeadas por tensões, contradições e que se cruzam entre si não só de um modo complexo, plurifacetado e, por vezes, antagonicamente. Subsistem ritmos diferenciados de transformação conforme as dimensões em causa - território e desenvolvimento; demografia e famílias; economia e empresas; mercado de trabalho; condições de vida; saúde; escolaridade e educação; cultura e práticas culturais; inserção internacional da Região -, expressando maiores ou menores acelerações ou mesmo movimentos de abrandamento, por

⁸ Um aproveitamento mais intensivo da informação contida no presente CD-ROM pode passar pelo cruzamento entre os textos da I Parte e os dados estatísticas incluídos na II Parte.



razões de ordem estrutural ou conjuntural. São sinais explícitos da complexidade que envolve os processos de transformação social.

Importa destacar que, de modo global, a Região Norte segue o sentido das principais tendências de transformação social que enformaram a sociedade portuguesa nas últimas décadas, ocupando uma posição de relevo, no contexto nacional, nos planos demográfico e económico. Mais do que fortes descoincidências substantivas, existiram (e existem) dissemelhanças em termos dos ritmos das mutações. Por sua vez, a Região apresenta algumas especificidades nomeadamente ao nível da demografia e das estruturas familiares, das empresas, dos sectores de actividade económica, da sua inserção comercial internacional, da qualificação académica e profissional da população. A incidência das transformações sociais, no seio da Região Norte - NUTS III, concelhos ou distritos -, nem sempre é marcada pela homogeneidade, mas pela heterogeneidade, o que igualmente se constata para outros territórios nacionais, conduzindo, em relação a determinadas dimensões sociais, ao aprofundamento ou à manutenção de clivagens e de substanciais diferenças herdadas do passado, o que necessariamente em nada contribui para se alcançar a almejada coesão social. Efectivamente, é patente a persistência de disparidades intra-regionais em dimensões como os rendimentos, a educação e qualificação do emprego, a saúde, por exemplo. Na globalidade, constata-se na Região Norte uma tendência pesada para a sua modernização, principalmente na continuidade das transformações emergentes no passado recente, conquanto subsistam processos sociais, de natureza diversificada, contraditórios e impeditivos, em parte, de uma maior amplitude dessa tendência.

Na sequência destas breves notas gerais, afigura-se-nos importante apresentar um registo das principais conclusões da investigação, apontadas ao longo dos vários capítulos. É um exercício sumário e esquemático que fundamentalmente se centrará na enunciação dos elementos analíticos estruturantes obtidos pelos membros da equipa, tendo em conta as várias dimensões da matriz de análise mobilizada no estudo.

2.1. A sistematização analítica da tipologia espacial e administrativa do território da Região Norte, para os últimos vinte e cinco anos, possibilita a verificação de algumas reconfigurações nas lógicas de interacção concelhias e regionais, que se materializam por via da emergência de novas centralidades e consolidação de outras, ganhando igualmente relevo a tendência evolutiva de um “geocentrismo de atracção e expansão”, devidamente formalizado em torno dos conceitos de Vila e Cidade.

Em termos de ocupação do solo e ordenamento do território fica perceptível que, apesar da crescente polarização espacial em torno de centros de urbanidade e dos principais eixos interurbanos [Santa Maria da Feira – Porto – Viana do Castelo; Porto – Braga; Vila Real – Mirandela – Bragança; Vila Real – Chaves – Vila Verde da Raia (fronteira)], a qual varia em função da capacidade de atracção e do nível de urbanidade manifesto dos mesmos, o traço



genérico de caracterização de Portugal, em geral, e da Região Norte, em particular, é o do predomínio das pequenas aglomerações com menos de 2.000 habitantes. Paralelamente, as disposições territoriais deixam transparecer uma enorme heterogeneidade intra-regional: por um lado, as sub-regiões mais próximas do litoral e com menor expressão territorial registam uma redução substancial da superfície territorial destinada a fins agrícolas e manifestavam níveis de densidade humana e de edificação relativamente elevados e, por outro, as sub-regiões mais interiores comportam amplas extensões territoriais, grande parte das mesmas destinadas a fins agrícolas, e uma densimetria humana e urbanística bastante reduzida.

Identifica-se uma maior fixação habitacional da população residente na região, um aumento dos níveis de mobilidade ocupacional e uma reconfiguração dos tempos e meios de deslocação entre a residência e o local de trabalho ou estudo. A centralidade adquirida pelos meios automóveis suscitou novos desafios e constrangimentos intra-regionais, que foram sendo rebatidos, em parte, ao longo das últimas décadas, devido aos fortes investimentos potenciados pelos Quadros Comunitários de Apoio I, II e III (de 1988 a 2006).

Precisamente as acessibilidades e o ambiente (com maior particularidade os sistemas ambientais locais) foram as áreas com maiores investimentos, cujo financiamento principal proveio daqueles Quadros Comunitários de Apoio, contribuindo, no primeiro caso, para o potenciar da mobilidade populacional e de mercadorias no Norte de Portugal e da inter e intra conectividade territorial. No caso do ambiente, verificou-se um aumento das dotações financeiras para a construção de infra-estruturas na Região Norte. Todavia, os níveis de usufruto e abrangência dos sistemas ambientais locais e o investimento municipal com a gestão e protecção do ambiente ainda continuam, nestes primeiros anos da década de 2000, a ficar bastante aquém da média nacional, contribuindo negativamente para a necessária conciliação entre a produção de riqueza e os vectores de atracção e fixação de investimento e de pessoas e a conservação dos recursos naturais e da sustentabilidade ecológica e territorial.

2.2. A população da Região Norte cresceu entre 1981 e 2005, em termos absolutos e relativos. A evolução da distribuição da população pelas NUTS III mostra que são as sub-regiões do Douro, Alto Trás-os-Montes e do Minho-Lima que perdem peso relativo. A população concentra-se fortemente no Grande Porto, que representa um terço da população da região. A dinâmica de acréscimo da população é resultante sobretudo das migrações, uma vez que o saldo natural tem vindo a decrescer, devido à diminuição da natalidade, a qual foi mais pronunciada do que a média nacional. As mulheres na Região, tal como sucede no país, têm cada vez menos filhos e mais tarde. Existe alguma heterogeneidade interna a nível da fecundidade: o Grande Porto, o Tâmega e o Cávado apresentam, durante o período em análise, valores superiores à média regional.



Concomitantemente, a população da Região tem vindo a envelhecer. O declínio da natalidade conduziu à diminuição da proporção de jovens e o aumento da longevidade, traduzido pelo incremento verificado na Esperança de Vida, contribuiu, de modo robusto, para o aumento da proporção da população idosa e mesmo, dentro desta, da mais idosa. O andamento destas proporções, entre 1991 e 2005, quer no primeiro caso como no segundo, foram mais pronunciadas do que as verificadas no país. Este facto traduziu-se no decréscimo dos índices de dependência total e de jovens e no crescimento dos índices de dependência de idosos e de envelhecimento.

Em termos da evolução da família, registou-se uma diminuição da dimensão média da família, mais acentuada do que a verificada a nível nacional, acompanhada da diminuição do peso das famílias de grande dimensão, apresentando estas, mesmo assim, quer em 1981, quer em 2001, maior predominância na Região Norte do que no país. Sublinhe-se que esta tendência traduziu-se também por mudanças em termos da estrutura da sua composição: o peso das famílias unipessoais aumentou, bem como o das famílias com idosos. Trata-se também duma evolução mais acentuada na Região Norte do que a nível nacional.

A nupcialidade na região também se alterou. Tal como sucedeu a nível nacional, mas de forma mais acentuada, diminuíram o número de casamentos celebrados. Também diminuiu, embora aqui de forma menos pronunciada do que a nível nacional, a proporção de casamentos católicos, mantendo-se, no entanto, ainda superior à verificada no país. Por outro lado, os casamentos são cada vez mais tardios. Esta evolução é, no entanto, menos acentuada do que a que sucedeu a nível do país. Por outro lado, o número de casamentos com filhos anteriores e com residência comum anterior, aumentou na Região Norte, de forma bastante mais pronunciada do que a nível nacional. Evolução semelhante sucede com a dissolução dos casamentos por divórcio, que passa para mais do dobro entre 1992 e 2005. A taxa bruta de divórcio, ainda inferior na Região à do país, tem vindo progressivamente a aproximar-se desta.

2.3. A actividade económica na Região Norte entre 1990 e 2003 vem apresentando traços importantes que merecem um registo breve. O Produto Interno Bruto (PIB) da Região representava, em 2003, cerca de 28,0% do PIB nacional. A evolução do PIB *per capita* na região evidencia, desde o início da década de noventa, uma trajectória de divergência com a média nacional no sentido de uma menor capitação. O Grande Porto era a única sub-região com um índice acima da média nacional (121 em 1991 e 102 em 2003). O alargamento da disparidade entre os níveis de PIB *per capita* da Região Norte e os do espaço nacional, detectado no período de 1991 a 2003, explica-se quer pela quebra dos níveis de produtividade da Região, ou seja, pela quebra na criação de valor acrescentado por trabalhador, quer pela taxa de utilização dos recursos humanos.



A evolução das estruturas sectoriais do Valor Acrescentado Bruto (VAB) e do emprego regionais revela a progressiva terciarização da economia da região, embora inferior à média nacional. Assistiu-se, entre 1980 e 2003, a um declínio da importância do VAB e do emprego do sector primário e secundário e a um aumento da importância do terciário. Por sua vez, a Região Norte era a região do país que apresentava a mais baixa remuneração média.

A indústria têxtil continua a destacar-se como o sector mais relevante no perfil de especialização da Região, para além de contribuir significativamente para o VAB e, simultaneamente, exibir uma produtividade superior à média nacional.

Entre 1995 e 2003, o investimento na Região Norte cresceu a uma taxa média anual de 6,6%, ligeiramente superior à média do país (6,0%). O investimento da região representava cerca de um quarto do investimento nacional e foi o sector terciário que absorveu a maior parcela. Por sua vez, o Rendimento Disponível das Famílias *per capita* da Região Norte permaneceu, ao longo do período de 1990 a 2003, abaixo da média nacional e evidenciou uma tendência decrescente, afastando-se dessa média. Em 2003, era mesmo a região do país que apresentava o menor Rendimento Disponível *per capita*, 17% abaixo da média nacional. A Região apresenta um nível de poder de compra *per capita* inferior ao nacional, a par de subsistir no seu seio dois níveis de assimetria que se consubstanciam numa oposição litoral - interior, com o litoral a apresentar níveis mais elevados de poder de compra, e uma dualidade que opõe, com maiores níveis de poder de compra, os concelhos mais urbanos, nomeadamente os que se localizam na área metropolitana e os que integram as cidades médias do interior, capitais de distrito, aos concelhos mais rurais e periféricos.

Entre 1992 e 2005, contrariamente ao que sucedeu no país, a Região Norte registou saldos positivos na balança comercial. A maior parte das trocas comerciais das empresas com sede na Região realizou-se com os mercados da União Europeia, representando o comércio intracomunitário cerca de 80% dos fluxos. O comércio internacional da responsabilidade das empresas com sede no Norte revelou-se bastante concentrado em termos de produtos, ou seja, um valor muito significativo das trocas comerciais diz respeito a um reduzido número de produtos, quer nas entradas, quer nas saídas.

2.4. O equacionamento da estrutura empresarial da Região Norte, entre 1988 e 2004, tendo como fonte fundamental os Quadros de Pessoal, possibilita destacar uma principal tendência: a permanência de um perfil de especialização sectorial, de dinamismo e consolidação empresarial frágil. Perfil que apresenta a ausência de uma vocação económica consistente na Região, a qual não abona em favor do desenvolvimento económico regional. A estrutura económica regional caracteriza-se por uma fraca concentração empresarial assente num tecido fortemente marcado por micro-empresas. A presença na Região Norte de estabelecimentos da indústria transformadora, intensiva em mão-de-obra, de baixo valor acrescentado e pouco competitiva (o



caso dos têxteis, vestuário e calçado), começa a partir dos últimos anos do século XX a perder importância em benefício do crescimento do sector terciário, transformação esta que se faz sentir igualmente no domínio do emprego, em que se intensifica a importância do terciário pouco qualificado. Num sentido igualmente regressivo, encontra-se a criação e a consolidação de empresas na Região Norte, onde as micro-empresas do terciário pouco qualificado tendem a ganhar força num tecido outrora fortemente marcado por empresas industriais de maior dimensão.

Por sua vez, nos anos oitenta e noventa do século passado, subsistiram importantes mudanças no mercado de trabalho na Região Norte. De acordo com os dados dos Recenseamentos Populacionais, o contingente de activos e a respectiva taxa de actividade registaram uma evolução positiva, induzida principalmente pelo intenso crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho. Este é notoriamente um dos eixos estruturantes da mudança socio-económica na Região, seguindo a tendência nacional, embora a um ritmo menos intenso. A par disto, ocorreu o envelhecimento da população activa traduzida na redução da proporção dos jovens e na ampliação da respeitante aos activos com idades medianas e elevadas. Apesar da melhoria verificada nos anos noventa, predominam os baixos níveis de escolaridade na população activa. O Grande Porto e as sub-regiões contíguas destacam-se das restantes por deterem taxas de actividade, em especial feminina, mais elevadas e uma população activa mais jovem. Não podemos desligar os processos de reconfiguração da população activa das transformações no seio da população inactiva em que ganharam maior expressão, em termos absolutos e relativos, a diminuição das domésticas e o forte aumento dos reformados.

A evolução do emprego nos últimos vinte anos do século passado, na Região Norte, foi marcada por uma tendência pesada de recomposição da estrutura sectorial do emprego, que se materializou na forte quebra da importância relativa do emprego agrícola, a par do aumento do terciário, enquanto o emprego industrial reduzia moderadamente o seu peso percentual nos anos noventa. Em termos globais, desruralização e terciarização são, portanto, duas tendências pesadas de mudança social. Face ao país, a Região apresenta especificidades que se traduzem em factos como, por um lado, a manutenção da importância, em termos do volume total do emprego regional, de alguns dos sectores da indústria transformadora - em particular, têxteis, vestuário e calçado -, o que vem na continuidade histórica de uma tradição industrial distintiva face a outros espaços regionais do país e, por outro, a mobilização de um contingente de população empregada no terciário, inferior à média nacional, em termos relativos.

Nos anos noventa, registaram-se alterações relevantes, em termos proporcionais, na estrutura socioprofissional da população empregada na Região Norte com o aumento dos padrões, a manutenção da posição dominante do assalariamento, a queda do trabalho familiar e do trabalho por conta própria, concomitantemente à recomposição da estrutura ocupacional,



traduzida na diminuição das profissões ligadas à agricultura e dos operários e o aumento dos Profissionais intelectuais e científicos, dos Técnicos intermédios e das ocupações mais directamente ligadas aos serviços. Neste caso, estamos perante uma nítida tendência de modernização do padrão ocupacional regional, conquanto face à média nacional a Região detenha uma menor importância relativa das ocupações administrativas e de serviços, como igualmente das profissões com maiores recursos em termos académicos.

No arco temporal de 1988 a 2004 e de acordo com os dados dos Quadros de Pessoal, é patente a mudança de rumo dos padrões nacionais do perfil da mão-de-obra expressa na intensificação da feminização e do envelhecimento, ainda que o tecido empresarial da Região Norte se apresente globalmente integrado por uma mão-de-obra mais jovem do que a do continente. A posse de diplomas escolares regista evoluções relevantes, não obstante os baixos níveis educacionais e, sobretudo, a detenção do 1.º ciclo mantém-se como o grau de escolaridade mais representativo entre os activos por conta de outrem na Região. O défice educacional encontra correspondência no défice qualificacional. A Região apresenta uma incidência relativa de assalariados sempre inferior nos níveis qualificacionais hierarquicamente superiores, invertendo-se, por sua vez, esta tendência nos grupos da base da estrutura qualificacional. Um padrão idêntico encontra-se na estrutura profissional dos assalariados, vindo, por sua vez, ao encontro do que acima foi indicado para a globalidade da população empregada.

Olhando para os anos mais recentes - 2002 a 2005 - e retendo os dados do Inquérito ao Emprego, as dinâmicas do mercado de trabalho caracterizam-se pelo decréscimo da taxa de emprego e pelo rápido e intenso aumento da taxa de desemprego. O desemprego afecta particularmente os jovens, as mulheres e os trabalhadores com idades superiores aos 45 anos. Elementos estes que se apresentam como obstáculos, embora provavelmente de natureza conjuntural, à coesão e inclusão sociais na Região. Subsiste a evidência empírica de uma procura não ampla por parte das entidades empresariais de mão-de-obra mais qualificada academicamente que, no passado recente, vem sendo principalmente formada nas instituições de ensino superior sedeadas na Região. Em termos da distribuição sectorial do emprego, assume destaque quer a consolidação do terciário, quer a queda do secundário, fundamentalmente como consequência da perda de postos de trabalho nas indústrias têxteis e do calçado, configurando uma tendência de desindustrialização, quer ainda a manutenção de uma presença limitada do primário. No contexto global de crise de emprego, as formas flexíveis de emprego (nomeadamente o emprego a tempo parcial e emprego com contratos não permanentes) têm vindo a crescer de importância.

2.5. Globalmente, podemos concluir por uma evolução favorável das condições e da qualidade de vida das populações na Região Norte nas últimas duas décadas do século passado, seguindo a



tendência nacional. De uma leitura mais circunscrita, sobressaem um conjunto de tendências de mudança social, de natureza e impacto diferenciado, que importa indicar nos seus traços axiais.

Desde logo, e tendo por base a informação estatística proveniente dos Recenseamentos Populacionais (1981, 1991 e 2001), constata-se que o principal meio de vida da população residente tem sido o trabalho, tanto na Região como no país. O número de pessoas que viviam a cargo da família baixou consideravelmente, fenómeno associado, entre outros aspectos, à recomposição familiar, nomeadamente à quebra do número de filhos, à feminização da vida profissional e ao conseqüente decréscimo do peso das mulheres “domésticas”. Esta evolução foi acompanhada pelo aumento do volume dos indivíduos que beneficiavam de pensões, de subsídios (sejam de desemprego, de acidente ou outros) e de apoio social, situação que decorre, em larga medida, da expansão do Estado-providência, sem dúvida uma das alterações mais significativas na sociedade portuguesa contemporânea.

Em termos de protecção social, mais especificamente no que concerne à repartição das despesas pelas diferentes funções, ressalta a respeitante à velhice, o que corrobora uma das grandes mudanças atestadas ao nível da estrutura demográfica: o envelhecimento da população. Especificamente ao nível da Região Norte, aquela tendência deixa transparecer um padrão espacial que contrapõe as sub-regiões urbanas às sub-regiões rurais. Por sua vez, no que respeita ao montante das prestações invalidez/velhice/sobrevivência pagas, é de referir que este tem vindo a aumentar, qualquer que seja a unidade geográfica em análise. Porém, o seu valor continua a ser exíguo. Comparativamente, a Região Norte apresenta um valor médio mensal das pensões inferior ao valor médio pago no país. Facto que estará certamente associado às características territoriais (referimo-nos designadamente aos sectores de actividade económica predominantes, às qualificações profissionais, às remunerações auferidas e às dinâmicas demográficas). Por outro lado, em consequência do agravamento do desemprego, nos anos mais recentes, e da necessidade de apoiar financeiramente os indivíduos por ele atingidos, o número de beneficiários da prestação desemprego assume uma tendência crescente entre 2002 e 2005, sendo que a variação na Região Norte (54,4%) superou largamente a do país (36,8).

Salientam-se, igualmente, as melhorias significativas na situação habitacional, as quais se consubstanciam na expansão dos recursos habitacionais, de onde resultam transformações quantitativas e qualitativas no parque habitacional, tanto na Região como no país. Não obstante, em termos globais, as condições de conforto (infra-estruturas, equipamentos domésticos, condições de alojamento) tenham melhorado consideravelmente no decorrer das duas últimas décadas, na Região Norte permanecem áreas territoriais onde as condições de vida das populações se mantêm severas e as infra-estruturas habitacionais básicas incipientes.

Finalmente, embora se reconheça uma evolução favorável das condições e da qualidade de vida na Região, medida através dos índices de desenvolvimento económico e social, as desigualdades, entre a Região e o país, por um lado, e no seio da Região por outro, persistem.



2.6. A análise da evolução dos principais indicadores de saúde na Região Norte nas duas últimas décadas no âmbito da oferta de estabelecimentos, equipamentos e recursos humanos em saúde, assim como da acção e utilização dos serviços públicos de saúde e dos “resultados” na mortalidade infantil e materna permite identificar, em síntese, quatro tendências fundamentais.

Em primeiro lugar, uma melhoria generalizada dos níveis de saúde, ilustrada pelos seguintes fenómenos: aparente universalização e esforço de melhoramento das condições e qualidade dos cuidados de saúde; aumento dos recursos humanos de saúde, mais intenso nos enfermeiros do que nos médicos; acréscimo no número de consultas nos centros de saúde e suas extensões, de internamentos hospitalares e de operações e anestésias realizadas nos hospitais do serviço público de saúde; controlo das doenças infecciosas; aumento da esperança de vida; quebra acentuada da mortalidade infantil, perinatal, neonatal e materna; alterações na estrutura das doenças e diminuição da “dor”; aumento dos valores despendidos com a saúde.

Em segundo lugar, a emergência de novas formas de regulação e gestão dos sistemas de saúde, que promovem a privatização, mercadorização e neoliberalização dos cuidados de saúde e a individualização da questão da saúde através dos “estilos de vida”, configurando a passagem de um modelo público integrado para um modelo público de contrato. Esta tendência é visível em vários domínios, nomeadamente: especialização dos recursos humanos; empresarialização hospitalar; aproximação do número de hospitais oficiais e particulares por habitante na Região Norte; e esforço de descentralização do financiamento dos serviços de saúde.

Em terceiro, uma tendência de aproximação entre a Região Norte e Portugal, apesar daquela apresentar valores mais penalizadores para todos os indicadores de saúde analisados.

Finalmente, as continuadas assimetrias intra-regionais, agravadas pela desarticulação entre os cuidados de saúde primários e mais especializados, por um lado, e entre os serviços de saúde que fazem parte da rede local e regional, por outro. A distribuição regional desigual, irregular e heterogénea dos indicadores de saúde revela disparidades nas taxas de mortalidade infantil e uma concentração territorial dos estabelecimentos, equipamentos, profissionais e serviços de saúde mais especializados e diferenciados, destacando-se a posição dominante do Grande Porto e, em menor extensão, do Cávado. Alto Trás-os-Montes, Ave e Tâmega são as NUTS III tendencialmente mais penalizadas no que respeita o acesso e utilização dos serviços de saúde.

A análise realizada sedimenta a tese de que a promoção da coesão regional exige formas de intervenção solidária localizadas, de acordo com os perfis de necessidade, oferta e utilização de serviços de saúde e não com base nos custos ou na suposta relação custo-efectividade. Mais, a eficiência, qualidade e equidade na prestação de cuidados de saúde reclama uma base social e técnica de apoio ampla e sólida, que só é possível através de um debate crítico plural e participativo que envolva todos os actores sociais nela implicados. As recentes metamorfoses



científico-tecnológicas, demográficas e socioeconómicas observadas na Região Norte poderão repercutir-se em alterações nas necessidades em saúde e o sistema de saúde regional deve preparar-se para responder de forma adequada e eficaz aos eventuais desafios que se avizinham.

2.7. O estudo da evolução do estado da educação e do capital escolar nos últimos anos na Região Norte apresenta um perfil que tem vindo a revelar alterações que se encaminham para uma maior aproximação relativamente à média nacional, nomeadamente em algumas das NUTS III. Todavia, este estudo revela estarmos perante uma unidade territorial caracterizada por algumas disparidades internas que se prendem com o nível de desenvolvimento das suas sub-regiões, que são assim marcadas por oscilações relativamente à tendência global.

Apesar da diminuição do volume numérico de estabelecimentos de ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico na Região Norte como no País, aqueles predominam face a todos os demais - diminuindo ao longo dos ciclos seguintes de ensino obrigatório -, tal como predomina o contingente de estudantes e de docentes neste nível de ensino. Em contrapartida, os estabelecimentos do Ensino Superior vão sendo alvo de uma evolução positiva, sendo notório o investimento feito ao nível do privado, o que revela um claro aumento do número total de alunos inscritos neste nível superior de ensino. Esta situação anuncia, desde logo, uma primeira tendência: no que respeita ao ensino obrigatório, prevalece a oferta pública, enquanto no Ensino Superior, que vai adquirindo cada vez maior visibilidade na Região Norte, a maior oferta é de origem privada. Em termos gerais, também o conjunto de estabelecimentos de Educação Pré-Escolar tem vindo a revelar uma tendência de expansão.

No que respeita ao tipo de ensino, a preferência dos alunos mantém-se localizada no ensino regular do básico e nos cursos gerais em desfavor dos tecnológicos e dos profissionais, bem como a inscrição no ensino público.

Na Região Norte, até ao Ensino Secundário, o corpo docente continua a ser preferencialmente constituído pelo género feminino e é absorvido maioritariamente pelo ensino público – perfil idêntico ao do país.

Em termos abrangentes, podemos então considerar que a Região Norte vive uma tendência evolutiva de consonância entre estas três dimensões de análise: i) maior concentração de docentes, de discentes e de estabelecimentos do 1º Ciclo do Ensino Básico, de natureza pública, pese embora a sua retracção numérica, perfil que se aproxima bastante do perfil do país; ii) alargamento do número de docentes, de alunos e de estabelecimentos de Ensino Superior, maioritariamente de natureza privada; iii) no que respeita à Educação Pré-Escolar, o franco crescimento da sua rede vê-se reflectido, também de forma consonante, quer ao nível do número de docentes e de alunos quer ao nível do número de estabelecimentos, cujo alargamento é maioritariamente de natureza pública.



No tocante às habilitações académicas, a Região Norte apresenta o mesmo tipo de perfil do país, prevalecendo o 1º Ciclo do Ensino Básico, logo seguido da seguinte sequência no que respeita ao ensino regular não superior: 2º Ciclo do Ensino Básico, Secundário e 3º Ciclo. Acresce ainda o facto de se assistir, nas duas unidades territoriais, à diminuição da taxa de analfabetismo e à expansão abrupta do Ensino Superior nestes 20 anos, cuja taxa de variação se pauta em 398,7 e 300,8, respectivamente na Região Norte e no país.

A frequência e obtenção do diploma do ensino superior na Região Norte têm vindo a ser alvo de uma difusão notória situada em vários registos: i) número de diplomados graduados não apenas ao nível da licenciatura, mas atingindo graus de ensino Pós-Licenciatura; ii) género feminino; iii) ajustamentos relativos à área científica privilegiada pela procura; iv) realce de três áreas científicas específicas: Ciências Sociais, Engenharias e afins e Educação.

Como conclusão, destaca-se uma melhoria que vai assumindo contornos cada vez mais significativos no que respeita ao avanço da escolaridade da população residente na Região Norte. Apesar disso, ainda que se registem alterações genericamente favoráveis à Região Norte nesta dimensão de análise e que a vão aproximando, no seu todo, à média do País, verificam-se, a par, dissonâncias internas ao nível das NUTS III, por vezes mais acentuadas do que as que se encontram entre a Região Norte e o País, resultando, então, desequilíbrios entre as sub-unidades territoriais.

2.8. Subsiste uma semelhança de perfil ou padrão nas orientações de políticas e práticas culturais entre a Região Norte e o território nacional, ao longo dos últimos quinze anos. Não há, por assim dizer, uma diferença específica daquela em relação a este. Em ambas as unidades territoriais é bem visível um aumento das despesas na cultura, bem como um acréscimo, embora oscilante, de públicos, à medida que subimos na década de noventa e entramos no novo século. Os investimentos em equipamentos são igualmente significativos e em crescendo.

No entanto, em algumas NUTS III da Região Norte predomina ainda uma orientação de política cultural tradicionalista, pouco diversificada na oferta, distanciada dos apoios à criação independente (particularmente no interior) e voltada para o desporto, o património e a edificação de recintos culturais (como irão ser programados se não existe apoio à criação?). É de referir, ainda assim, que algumas das sub-regiões mais desfavorecidas em termos de indicadores económicos surpreendem num padrão qualitativamente mais diversificado de apoio às fileiras culturais. Essa surpresa é todavia mitigada, tendo em conta o patamar de quase indigência de que partiram. De qualquer modo, parece definitivamente ultrapassado o estado do grau zero do poder local em Portugal, unicamente centrado em preocupações infraestruturais e materiais.

No que se refere aos públicos dos diferentes tipos de espectáculos, em crescendo, verifica-se uma tendência de abrandamento da distância da Região Norte face ao território nacional. Em ambos os casos aumentam as práticas nocturnas, com incidências claras nos



modos de relação com a cultura e os estilos de vida, bem como, no caso do cinema, a preferência pelas salas situadas nos centros comerciais. Nomeadamente no que se refere aos visitantes de museus e de galerias, o dinamismo da Região é tão intenso que se justifica mesmo que se fale do assumir de um protagonismo no panorama nacional. Assim, são os próprios conceitos de cidade e de território que se vão redefinindo pelo olhar da cultura.

Importa concluir, no prolongamento dos resultados obtidos no estudo, que cada vez mais cultura e economia se cruzam em múltiplas escalas. Importa, portanto, que as imagens de cidade ou as imagens territoriais associem as estruturas culturais e simbólicas aos processos de desenvolvimento, caso contrário serão meros invólucros, retóricas de *marketing* ou efeitos especiais. Uma boa forma de motivar este desiderato consiste, desde logo, na visualização e compreensão da íntima ligação existente entre os sectores criativos, a fixação e atracção de população, a consolidação de identidades, o combate a velhas e novas formas de exclusão social, a disseminação de práticas inovadoras, a criação sustentada de emprego e a qualificação dos tecidos empresariais e dos próprios recursos humanos.

2.9. As mudanças ocorridas entre 1999 e 2003 na Região Norte, no panorama das regiões europeias de 15 países da União Europeia, permitem afirmar que estamos perante uma região com uma posição periférica. Um dos domínios onde esta é mais evidente é na saúde – pelo escasso número de camas e de médicos – e nos elevados índices de mortalidade por tuberculose. Todavia, encontram-se alguns indícios de transformação, como é o caso da terciarização do emprego e a crescente escolarização da população, feminina, em particular. No entanto, prevalecem baixos níveis de escolaridade. Em termos conjunturais, o desemprego aumentou substancialmente entre aqueles dois anos, sendo as mulheres as mais atingidas.

Do ponto de vista económico, acompanhando de perto as transformações das regiões dos países do Sul da Europa (Itália, Espanha e Grécia), a Região Norte apresenta um escasso crescimento do VABpc, quando comparado com regiões de países do Norte do espaço europeu.

Embora o peso do emprego no sector secundário da economia continue a ser relevante, em 2003 foi ultrapassado pelo do terciário, invertendo-se, deste modo, a situação existente em 1999. A par da expansão da terciarização, é patente uma recomposição no seio do sector secundário, não só ao nível do emprego mas também do volume de empresas, no sentido de uma quebra da indústria transformadora em benefício do sector da construção. A Região Norte é um espaço em que o sector primário mantém ainda uma certa importância apesar de se registarem sinais de declínio, quer do ponto de vista económico, quer do emprego, quer ainda do número de empresas. Não é por isso de estranhar que Portugal e a Região se destaquem em termos da percentagem de emprego, em áreas tecnológicas e de conhecimento intensivo naquele sector. Nas restantes regiões da UE, o desinvestimento económico no sector primário é, possivelmente, acompanhado pela não aposta no emprego qualificado. O espaço não



negligenciável que ocupa o primário na Região Norte só tem paralelo com o verificado em algumas regiões gregas.

Finalmente, pode afirmar-se que estamos perante uma Região onde se verifica um acréscimo populacional, à semelhança das restantes regiões europeias, o que pode estar relacionado também com os recentes movimentos migratórios que atraem populações para residirem em Portugal. Este aumento é acompanhado pelo aumento significativo do índice de dependência, o que se associa ao envelhecimento populacional.

3. Para além do presente texto, simultaneamente introdutório e conclusivo das grandes linhas da investigação, a apresentação dos resultados do projecto de investigação - *A Região Norte de Portugal: dinâmicas de mudança social e recentes processos de desenvolvimento*- desenrola-se ao longo de dez capítulos, cada um deles tomando por objecto, em parte ou na totalidade, as dimensões analíticas da matriz explicitada acima.

No capítulo I, *Território, ambiente e arquétipos de desenvolvimento no Norte de Portugal*, de Hernâni Veloso Neto, mobilizando um painel de indicadores estatísticos provenientes de fontes diversas para o período de 1981 a 2005, procede-se à análise de vários blocos temáticos, interligados entre si: tipologia espacial e administrativa do território; ocupação do solo e ordenamento do território; mobilidade, redes de proximidade e acessibilidades; investimento público e desenvolvimento socioeconómico do território; infra-estruturação ambiental e sustentabilidade do território.

No capítulo seguinte, *Evolução da população e da estrutura familiar na Região Norte nos últimos 15 anos: mudança e continuidade*, Sérgio Bacelar reflecte sobre a evolução da população e da estrutura familiar, circunscrevendo-se ao arco temporal entre 1991 e 2005. Mais especificamente, dá conta, em primeiro lugar, do crescimento da população e suas componentes, passando posteriormente à apresentação das dinâmicas da natalidade e da fecundidade, do envelhecimento populacional, das mudanças na dimensão e composição das famílias e da nupcialidade.

No capítulo III, *Actividade económica e nível de vida das famílias na Região Norte*, Carla Melo, recorrendo às informações estatísticas das contas regionais e ao indicador do poder de compra concelhio, elabora uma descrição do perfil económico da Região e do nível de vida dos seus residentes para o arco temporal que medeia entre o início da década de noventa até ao ano de 2004. Aborda igualmente os fluxos comerciais realizados por operadores com sede na região Norte, usando para o efeito manancial informativo das estatísticas do comércio internacional.

No capítulo IV, *Estrutura empresarial: perfis de especialização sectorial e da mão-de-obra*, Cristina Parente incide o seu trabalho sobre duas vertentes analíticas, fortemente interligadas, mobilizando os dados dos Quadros de Pessoal sobre o continente e a Região Norte



para o período entre 1988 e 2004. Uma, referente ao perfil de especialização sectorial do tecido empresarial, tendo em conta as variáveis relativas aos ramos e sectores de actividade dos estabelecimentos, antiguidade e dimensão das empresas. Outra vertente centrada nos recursos humanos, tendo como referencial as características etárias, de género e qualificações escolares e profissionais dos trabalhadores por conta de outrem.

O texto de Carlos Manuel Gonçalves, capítulo V, *Dinâmicas do mercado de trabalho na Região Norte*, como o próprio título indica, examina os principais processos de recomposição do trabalho e do emprego. Num primeiro momento, apresenta uma análise das principais tendências de transformação da população inactiva, activa e empregada para as décadas de oitenta e noventa do século passado, usando os dados censitários. Posteriormente, centra-se nas dinâmicas do mercado de trabalho regional e nacional, no pós 1998 até à actualidade.

Luísa Pinheiro, no capítulo VI, *Principais transformações nas condições e na qualidade de vida na Região Norte*, realiza o equacionamento analítico de dados relativos à protecção social, à habitação, às infra-estruturas habitacionais e ao conforto das famílias, para o período entre 1981 e 2005, dando um particular destaque às singularidades da Região por comparação à globalidade do espaço nacional. Realiza igualmente uma exposição de um conjunto de índices sectoriais de desenvolvimento humano sobre o Norte de Portugal.

No capítulo VII, *As recentes metamorfoses da saúde na Região Norte*, Susana Silva apresenta e discute a evolução dos indicadores de saúde para a Região nas duas últimas décadas, no âmbito da oferta de estabelecimentos, equipamentos e recursos humanos em saúde, assim como da acção e utilização dos serviços públicos de saúde e dos resultados na mortalidade infantil e materna.

No capítulo VIII, *Escola e escolarização: práticas em mudança na Região Norte*, Dulce Magalhães envereda pelo equacionamento global do estado da educação e do capital escolar da população para os últimos vinte e cinco anos. O texto aborda, em particular, várias vertentes - equipamentos escolares, demografia escolar, habilitações académicas - escrutinadas na qualidade de eixos heurísticamente relevantes para uma análise sociológica sobre o tema em questão.

João Teixeira Lopes no capítulo IX, *Políticas e práticas culturais no Norte de Portugal*, dá conta do desenvolvimento dos principais indicadores que permitem configurar cenários de práticas e políticas culturais quer na Região, quer no país, como um todo, desde meados dos anos oitenta até ao presente. São aqui explorados aspectos como as despesas com a cultura, os equipamentos, por um lado, as dinâmicas dos públicos da cultura, por outro.

Por fim, Luísa Veloso no capítulo X, *O espaço europeu das regiões: esboço de uma análise internacional*, apresenta, a partir dos dados da Base Régio da União Europeia (Eurostat), uma reflexão sobre a conjuntura económico-social caracterizadora das regiões da



Europa, ao nível territorial das NUTS I e II, e elabora um exercício de confronto entre estas e a Região Norte. Elegendo por referência temporal os anos de 1999 e 2003, o texto engloba dimensões como a demografia, o emprego, a educação e a economia.

Bibliografia

ALMEIDA, João Ferreira [et al.] (1996) – Recomposição social e novos protagonismos. In REIS, António, org. - *Portugal – 20 anos de democracia*. Lisboa: Círculo dos Leitores. p. 307-330.

ALMEIDA, Maria Luísa Pinheiro (2004) – *As políticas sociais na região do Minho-Lima: dois estudos de caso*. Dissertação de Mestrado em Sociologia: Construção Europeia e Mudança Social em Portugal pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

BACELAR, Sérgio (1994) – Inventário municipal da Região Norte: breve apresentação de um instrumento de análise da vida local. *Estatísticas & estudos regionais*, nº 4, p. 14-25.

BACELAR, Sérgio (1993) – Estagnação, litorização e envelhecimento na região (1981-91): uma dinâmica com contrastes. *Estatísticas & estudos regionais*, nº 1, p. 18-27.

BAJOIT, Guy (2003) – *Le changement social*. Paris: Armand Colin.

BARRETO, António, org. (1996) - *A situação social em Portugal, 1960-1995*. Lisboa: ICS.

BECK, Ulrich (2000) - *Un Nuevo mundo feliz*, Paidós;

BECK, Ulrich; LASH, Scott; GIDDENS, Anthony (2000) - *Modernização reflexiva: política, tradição e estética no mundo moderno*. Oeiras: Celta Editora.

BELL, Daniel (1973) – *The coming of post-industrial society: a venture in social forecasting*. New York: Basic Books.

BONNY, Yves (2004) – *Sociologie du temps présent*. Paris: Armand Colin.

BOUDON, Raymon; BOURRICAUD, Ferdinand (1982) - *Dictionnaire critique de la sociologie*. Paris: PUF.

BOUND, Raymond (1984) – *Lugar da desordem*. Lisboa: Gradiva.

BRETONES, María Trinidad (2001) – *Sociedades avanzadas*. Barcelona: Hacer.

CARDOSO, Gustavo; COSTA, Firmino da (2004) – *A sociedade em rede em Portugal*. Oeiras: Celta Editora.

CARREIRA, Henrique Medina (1996) – As políticas sociais em Portugal. In BARRETO, António org. - *A situação social em Portugal, 1960-1995*. Lisboa: ICS. p. 365-477.

CASTELLS, Manuel (2001) – *A era da informação: economia, sociedade e cultura*. Vol. I, II e III. Lisboa: FCG.

COSTA, António Firmino (1999) – *Sociedade do Bairro*. Oeiras: Celta Editora.



- CROUCH, Colin (1999) – *Social change in western Europe*. Oxford: Oxford University Press.
- DURÁN, Francisco Entrena (2001) – *Modernidade y cambio social*. Madrid: Trotta.
- ESPING-ANDERSON, Gosta (1990) – *The three worlds of welfare capitalism*. Cambridge: Polity.
- ESPING-ANDERSON, Gosta (2000) – *Fundamentos sociales de las economías postindustriales*. Barcelona: Ariel.
- ESTANQUE, Elísio; MENDES, José Manuel (1998) – *Classes e desigualdades sociais em Portugal – um estudo comparativo*. Porto: Afrontamento.
- FERRÃO, João (1989) – Recomposição social: surpresas e confirmações. In REIS, António, dir. – *Portugal Contemporâneo*. Vol. 5. Lisboa: Alfa. p. 167-189.
- FERRÃO, João (1992) – As fragilidades do processo de modernização social. In REIS, António, dir. – *Portugal Contemporâneo*. Vol. 6. Lisboa: Alfa. p. 245-267.
- FERRÃO, João (1996) – Três décadas de consolidação do Portugal democrático moderno. In BARRETO, António, org. - *A situação social em Portugal, 1960-1995*. Lisboa: ICS. p. 165-189
- FERRÃO, João (1997), *Políticas de Inovação e Desenvolvimento Regional e Local*. Lisboa: ICS.
- FERRÃO, João (2003) – Dinâmicas Territoriais e Trajectórias de Desenvolvimento, Portugal 1991-2001. *Revista de Estudos Demográficos*, nº 34, p. 17-25.
- FERREIRA, João Maria Carvalho [et al.] (1995) – *Sociologia*. Lisboa: McGraw-Hill.
- FORSÉ, Henry (1989) - *L'ordre improbable*. Paris: PUF.
- FORSÉ, Michel (2000) – *Análise estrutural das mudanças sociais*. Porto: Rés.
- FORSÉ, Michel ; LANGLOIS, Simon. dir (1995) – *Tendances comparés des sociétés postindustrielles*. Paris: PUF.
- FRANCISCO, Andrés de (1997) – *Sociología y cambio social*. Barcelona: Ariel.
- GIDDENS, Anthony (1994) – *Modernidade e Identidade Pessoal*. Oeiras: Celta Editora.
- GIDDENS, Anthony (2002) – *As consequências da modernidade*. Oeiras: Celta Editora.
- GIDDENS, Anthony (2000) – *O mundo na era da globalização*. Lisboa: Presença.
- GINER, Salvador; ESPINOSA, Emilio Lamo de; TORRES, Cristóbal, eds (2006) – *Diccionario de Sociologia*. Madrid: Alianza Editorial.
- GONÇALVES, Carlos Manuel (2002) - Desemprego e Desemprego de Longa Duração. In FERNANDES, António Teixeira, coord. - *A inserção social: percursos e desvios de um processo*. Porto: CCRN, p. 107-182.
- GONÇALVES, Carlos Manuel; PARENTE, Cristina; VELOSO, Luísa (2001) – Licenciados em sociologia: ritmos e formas de transição ao trabalho. In *Sociologia – Revista da Faculdade de Letras*. Vol. XI, p. 31-94.



GONÇALVES, Carlos Manuel; PARENTE, Cristina; VELOSO, Luísa (2004) – Licenciados em sociologia e mercado de trabalho na transição do milénio. In *Sociologia – Revista da Faculdade de Letras*. Vol. XIV, p. 253-297.

GRISWORLD, Wendy (2003) – *Cultures and societie in a changing world*. London: Sage.

HELD, David (1999) - *Global transformations: politics, economics and culture*. Cambridge: Polity Press.

INGLEHART, Ronald (1991) – *El cambio cultural en las sociedades industriales avanzadas*. Madrid: CIS.

INGLEHART, Ronald; WELZEL, Christian (2006) – *Modernización, cambio cultural y democracia: la secuencia del desarrollo humano*. Madrid: CIS.

LOPES, João Teixeira (2000) – *A cidade e a cultura*. Porto: Afrontamento.

MACHADO, Fernando; COSTA, António Firmino da (1998) – Processos de uma modernidade inacabada. In VIEGAS, José Leite e COSTA, António Firmino da – *Portugal, que modernidade?*. Oeiras: Celta Editora. p. 11-33.

MAGALHÃES, Dulce Maria da Graça (2005) – *Dimensão simbólica de uma prática social: consumo de vinhos em quotidianos portuenses*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Dissertação de doutoramento em Sociologia.

MAGALHÃES, Dulce Maria da Graça (1994) – Classes sociais e trajectórias intergeracionais. *Sociologia*, nº 4, p. 173-217.

MARQUES, Teresa Sá (2004) – *Portugal na transição do século: retrato e dinâmicas territoriais*. Porto: Edições Afrontamento.

MATEUS, Augusto, coord. (2005) – *Competitividade territorial e coesão económica e social*. Lisboa: Observatório do QCA III.

MCMICHAEL, Philip (2004) – *Development and social change*. London: Sage.

MEDEIROS, Fernando (1992) – A formação do espaço social português. *Análise Social*, nº118/119.

MELO, Carla (1993) – Nível educacional na Região do Norte. *Estatísticas & estudos regionais*, nº 2, p. 6-13.

MENDRAS, Henri e FORSÉ, Michel (1983) – *Le changement social*. Paris: A. Colin.

MENDRAS, Henry (1999) – *Sociología de Europa continental*. Madrid: Alianza Editorial.

MOZZICAFREDO, Juan (1998) – *Estado-Providência e Cidadania em Portugal*. Oeiras: Celta Editora.

NISBET, Robert (1979) – Introduccion: el problema del cambio social. In NISBET, Robert [et al.] – *Cambio social*. Madrid: Alianza Editorial. p. 12-51.

NISBET, Robert [et al.] (1979) - *Cambio social*. Madrid: Alianza Editorial.



PARENTE, Cristina (2003) – *Construção social das competências profissionais. Dois estudos de caso em empresas multinacionais do sector da metalomecânica*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Dissertação de doutoramento em Sociologia.

PINTO, José Madureira; PEREIRA, Virgílio Borges (2006) – Trinta anos de democracia: mudanças sociais e inconsistência institucional. In LOFF, Manuel e PEREIRA, Conceição, dir. – *Portugal: 30 anos de democracia (1974-2004)*. Porto: Ed. Universidade do Porto. p. 133-151.

RODRIGUES, Maria João (1988) – *O Sistema de Emprego em Portugal. Crise e Mutações*. Lisboa: D. Quixote.

SANTOS, Boaventura Sousa (1985) – Estado e sociedade na semiperiferia europeia do sistema mundial: o caso português. *Análise Social*, 87/88/89, p. 869-901.

SANTOS, Boaventura Sousa (1993) – *Portugal: um retrato singular*. Porto: Edições Afrontamento.

SANTOS, Boaventura Sousa (1996) – *Pela Mão de Alice*. Porto: Edições Afrontamento.

SANTOS, Luís; BESSA, Daniel, orgs. (1999) – *Região Norte de Portugal*. Porto: Edições Afrontamento.

SILVA, Manuel Carlos (1998) – *Resistir e adaptar-se. Constrangimentos e estratégias camponesas no noroeste de Portugal*. Porto: Edições Afrontamento.

SILVA, Susana (2007) – Consentir incertezas: o consentimento informado e a (des)regulação das tecnologias de reprodução assistida. *Cadernos de Saúde Pública*, (no prelo).

SZTOMPKA, Piotr (1991) – *Society in action: the theory of social becoming*. Cambridge: Polity.

SZTOMPKA, Piotr (2002) - *Sociologia del cambio social*. Madrid: Alianza.

TILLY, Charles (1991) – *Grandes estructuras, procesos amplios, comparaciones enormes*. Madrid: Alianza Editorial.

TRÉMOULINAS, Alexis (2006) – *Sociologie des changements sociaux*. Paris: La Découverte.

VELOSO, Luísa (2004) – *Aprendizagem e processos de identificação no espaço social do trabalho. Estudo de caso num grupo empresarial do sector electromecânico*. Dissertação de doutoramento em Sociologia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

VIGOUR, Cécile (2005) – *La comparaison dans les sciences sociales*. Paris: La Découverte.

VILLALVA, Miguel Beltrán (2004) – *La estructura social*. Barcelona: Ariel.

WALLERSTEIN, Immanuel (1984) – *The Politics of the World-Economy*. Cambridge: CUP.

WALLERSTEIN, Immanuel (2004) – *Comprendre le monde*. Paris: La Découverte.